

— O QUE EU VOU LEVAR PARA BRASÍLIA

Onde eu vivi, o que eu proponho

Cada proposta aqui nasce de um dia da minha vida. Primeiro a cena, depois a lei. Não é plataforma de gabinete: é o que trinta e três anos me mostraram que trava.

— ÍNDICE

O que tem aqui

- 01 Nenhum policial no corredor
- 02 Equipamento não é uniforme
- 03 Formação é carreira
- 04 Crise se gerencia com técnica, não com estrela
- 05 Recompôr o efetivo é o primeiro combate ao crime
- 06 A instituição vai junto
- 07 Quem morreu servindo tem nome
- 08 O crime estuda antes de entrar
- 09 Preso junto com preso vira escola
- 10 Dois policiais não tomam conta de um pavilhão
- 11 Fila não é serviço
- 12 A corrente se quebra na receptação
- 13 O menino tem que ter para onde ir
- 14 Socioeducativo é segurança pública

Por que federal, e não distrital

Os números

O que já funcionou em outro lugar

Os compromissos

Por que federal, e não distrital

Muita gente não sabe, mas a Polícia Civil, a Polícia Penal, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal são custeados pela União, pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Isso significa que efetivo, concurso, reajuste e estrutura das nossas forças de segurança não se decidem aqui. Decidem-se no Congresso Nacional, na lei orçamentária, no voto de deputado federal.

Toda vez que me convidaram para disputar eleição, eu disse a mesma coisa: a Polícia Civil já tem candidato a distrital demais, e os problemas da nossa polícia, na maior parte, só se resolvem na esfera federal.

É por isso que eu não sou candidato a distrital. O que a nossa segurança não tem é quem defenda o Fundo Constitucional lá dentro, onde ele é decidido.

Cada proposta deste plano passou por um filtro: isso cabe a um deputado federal? O que não cabia, eu tirei.

Deputado federal faz três coisas. Escreve lei, vota orçamento e cobra quem executa. É só disso que eu falo aqui.

Nenhum policial no corredor

Eu passei nove meses no que a gente chama de corredor. Sem atribuição, sem função, sem uma caneta na mesa. Não porque eu tinha errado. Porque eu não fazia parte de determinado grupo político dentro da instituição. Vi isso acontecer com policial competente a vida inteira: bom de serviço, mas jogado numa delegacia distante durante anos porque não frequentava o churrasco certo.

A PROPOSTA

Toda lotação de policial com função registrada e atribuição definida. Ninguém pode ficar formalmente lotado e materialmente parado. Prazo máximo para situação de disponibilidade, com justificativa e publicidade. E critério objetivo para designação e remoção, para que ninguém seja punido sem processo, por decisão de gabinete.

Por que eu: Porque eu passei por lá.

Cabe ao cargo: Diretrizes de gestão de pessoal das forças de segurança e transparência administrativa são matéria legislativa.

Equipamento não é uniforme

Em 2001, quando equipei a Divisão de Operações Especiais com material técnico, questionaram na Justiça o meu direito de fazer aquilo. Tive que explicar que não era farda: era equipamento. Tecido leve, secagem rápida, resistente, feito para proteger a vida do policial, não para identificar ninguém. Eu ganhei, o equipamento ficou, e o meu pessoal trabalhou protegido o tempo inteiro.

A PROPOSTA

Padrão mínimo obrigatório de equipamento de proteção individual para o policial civil e para o policial penal, com previsão de custeio. Proteção do policial não pode depender de interpretação sobre quem pode vestir o quê.

Por que eu: Porque eu já briguei por isso na Justiça, e ganhei, antes de virar regra.

Cabe ao cargo: Padrão nacional de proteção ao servidor e previsão orçamentária.

03

ACADEMIA E ENSINO POLICIAL

Formação é carreira

Quando assumi a direção da Academia de Polícia Civil, montamos a primeira turma em que todos os policiais saíram com titulação de pós-graduação na sua área. Delegado, agente, perito, escrivão, todo mundo. E foi ali que nasceu o projeto da Escola Superior de Polícia. Hoje ela existe, mas está mal estruturada e sem gente para trabalhar. Foi estudando à noite, trancando semestre por falta de dinheiro, que eu virei delegado.

A PROPOSTA

Formação continuada vinculada à progressão na carreira, com financiamento previsto e não sujeito a corte de conveniência. Escola de polícia com orçamento próprio e quadro próprio. Curso superior de polícia como pré-requisito real para cargo de chefia, e não como formalidade.

Por que eu: Porque eu construí a estrutura que hoje está vazia.

Cabe ao cargo: Diretrizes de ensino policial e alocação de recursos federais.

Crise se gerencia com técnica, não com estrela

Em 2001, no complexo penitenciário, foram 32 horas de negociação com reféns policiais. Naquele dia apareceu autoridade querendo entrar, querendo mandar, querendo aparecer na frente da câmera. Eu barrei. Não porque eu quisesse holofote, mas porque quem gerencia crise não pode se envolver emocionalmente, e quem negocia não pode ter a cadeia de comando quebrada. Se aquilo se perde, morre gente.

A PROPOSTA

Equipe de negociação e gerenciamento de crise treinada e permanente em todo o sistema prisional e em toda unidade de segurança. Protocolo claro de comando durante ocorrência com reféns, com definição de quem decide e de quem não entra.

Por que eu: Porque eu fui o gerente da crise.

Cabe ao cargo: Diretriz nacional para o sistema prisional e financiamento pelo Fundo Penitenciário.

Recompor o efetivo é o primeiro combate ao crime

4.456 cargos vagos de 8.969 previstos em lei na Polícia Civil do DF

A Polícia Civil do Distrito Federal sobrevive hoje de abono de permanência e de serviço voluntário. Ou seja: sobrevive de quem já podia ter ido embora e ficou. A maior parte dos policiais civis já pensou em sair da instituição, e muitos estão estudando para sair, porque ela não oferece condição de permanecer. Metade do quadro está em aberto, e nenhuma lei funciona com delegacia vazia.

A PROPOSTA

Defender no Congresso a recomposição integral do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que é onde essa folha é decidida. Calendário plurianual de concursos, com meta de ocupação por carreira e prazo definido para zerar a defasagem. E previsibilidade de promoção por critério objetivo.

Por que eu: Porque eu vivi trinta e três anos dentro dessa conta, e sei o que ela significa na ponta.

Cabe ao cargo: É exatamente o cargo. O Fundo Constitucional é votado no Congresso Nacional.

06

DEFESA DO POLICIAL

A instituição vai junto

Quando a polícia sobe comigo, eu vou sozinho. A instituição não vai comigo. Ela vai só no peso do julgamento, porque quem está sendo julgado ali, no fundo, é a instituição inteira. Mas quem senta no banco é o policial, sozinho. Eu vi isso a carreira inteira, com gente que só tinha feito o que o Estado mandou fazer.

A PROPOSTA

Defesa jurídica institucional garantida ao policial que responde por ato praticado no cumprimento do dever, em todas as instâncias, desde o primeiro dia. Não é privilégio: é a contrapartida de mandar alguém agir em nome do Estado.

Por que eu: Porque eu já sentei naquele banco.

Cabe ao cargo: Matéria legislativa e orçamentária.

Quem morreu servindo tem nome

A morte está sempre presente na vida do policial. Ao longo da carreira eu enterrei muitos colegas. Já perdi equipe inteira numa ocorrência e passei o Natal e os dois dias seguintes entre o cemitério e a UTI. Quando construímos o campo de treinamento na área da DOE, ele foi batizado em homenagem a eles.

A PROPOSTA

Registro público e permanente dos servidores de segurança mortos em serviço no Distrito Federal, e amparo garantido às famílias, com acompanhamento que não termine no dia do enterro.

Por que eu: Porque eu batizei o campo de treinamento.

Cabe ao cargo: Matéria legislativa e de assistência.

O crime estuda antes de entrar

Em 1982, no meu curso de repressão a entorpecentes, eu era agente havia dois meses. No curso, contaram como os traficantes estavam agindo na Colômbia: financiavam a formação de estudantes em universidades para que aquelas pessoas depois ocupassem lugares na polícia, no Ministério Público, no Judiciário e nas escolas. Não era para ter dinheiro. Era para ter poder. Quarenta e quatro anos depois, eu vejo a mesma coisa acontecendo aqui.

A PROPOSTA

Programa permanente de contrainteligência e integridade nas carreiras de segurança pública, com verificação patrimonial periódica e investigação social continuada, e não apenas no ingresso. A infiltração não é hipótese: é método, e é antigo.

Por que eu: Porque eu dirigi a Divisão de Inteligência e ouvi esse alerta em 1982.

Cabe ao cargo: Matéria legislativa e prioridade orçamentária em inteligência.

09

SISTEMA PRISIONAL

Preso junto com preso vira escola

17.636 presos para 10.673 vagas nas sete unidades do Distrito Federal

No Brasil, quando misturaram presos comuns com presos que tinham formação em ação armada, os comuns aprenderam. Ali não era convivência, era relação de aluno e professor. Foi assim que nasceu o crime organizado dentro do sistema. E hoje continuamos amontoando gente do mesmo jeito. Tem o criminoso que fez do crime o meio de vida, e tem o pai de família que cometeu um deslize numa discussão boba. Os dois dividem o mesmo pavilhão.

A PROPOSTA

Separação obrigatória por perfil criminal, e não apenas por regime de pena, com critério técnico e responsabilidade da administração penitenciária. Ampliação de vagas condicionada a essa separação. Não adianta construir cadeia nova e continuar misturando.

Por que eu: Porque eu fui secretário e vi de dentro.

Cabe ao cargo: Execução penal é competência legislativa da União.

10

POLÍCIA PENAL

Dois policiais não tomam conta de um pavilhão

203% de ocupação na PDF II: 3.045 internos em espaço projetado para 1.494

A Secretaria de Administração Penitenciária foi o maior desafio da minha carreira. É uma estrutura enorme, com efetivo pequeno demais e superlotação que ultrapassa qualquer limite razoável. Tem dois policiais penais tomando conta de um pavilhão com centenas de presos. O sistema só funciona pela abnegação daquela gente e por técnicas desenvolvidas ao longo do tempo para garantir a segurança deles. Mas eles estão em risco o tempo todo.

A PROPOSTA

Razão mínima de policiais penais por interno definida em norma, com prazo para cumprimento. Nomeação dos aprovados em concurso já homologado, dentro do prazo de validade. E reconhecimento formal da Polícia Penal como carreira policial, com tudo que isso implica.

Por que eu: Porque a Polícia Penal do DF não tem hoje nenhum candidato a deputado federal, e eu sou o único que já foi o chefe dela.

Cabe ao cargo: Norma nacional e Fundo Penitenciário.

11

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Fila não é serviço

O agendamento eletrônico de serviços nasceu na minha gestão no Detran. Antes, era fila. Depois, era horário marcado. Semana passada eu peguei uma fila enorme num banco sem necessidade nenhuma, porque ninguém me disse que aquilo dava para fazer pela internet. A gente não aprendeu nada.

A PROPOSTA

Digitalização real do atendimento nas delegacias, com agendamento, acompanhamento de ocorrência e comunicação com a vítima. Boletim registrado é serviço prestado, não papel arquivado.

Por que eu: Porque eu já implantei isso uma vez, em outro órgão.

Cabe ao cargo: Diretrizes nacionais e financiamento de modernização.

12

O CRIME QUE CHEGA NA SUA PORTA

A corrente se quebra na receptação

52 min é o intervalo médio entre um celular subtraído no DF e o próximo

No Distrito Federal, um celular é subtraído a cada cinquenta e dois minutos. E enquanto alguns indicadores de roubo caem, os registros de receptação continuam subindo. Isso diz uma coisa só: a cadeia de escoamento continua intacta. Ao mesmo tempo, o estelionato cresceu mais de trinta por cento no início deste ano. O crime migrou para o celular da pessoa, e a estrutura de investigação não migrou junto. Idoso perdendo aposentadoria em golpe de aplicativo não é estatística acessória.

A PROPOSTA

Rastreabilidade de aparelhos, responsabilização do receptor profissional e integração nacional de dados sobre aparelhos subtraídos. E tratamento do estelionato digital como crime prioritário, com estrutura própria de investigação. Enquanto tiver quem compre, vai ter quem furete.

Por que eu: Porque eu trabalhei quase doze anos em entorpecentes e roubo de veículo, e aprendi ali que ninguém rouba o que não consegue vender.

Cabe ao cargo: Legislação penal e integração de sistemas nacionais são competência da União.

13

EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO

O menino tem que ter para onde ir

A única unidade da federação a cair no ensino médio no IDEB 2025 foi a nossa

No meu bairro de periferia, no interior de São Paulo dos anos 70, tinha quatro escolas: uma escola técnica estadual, o Senai, o Sesi e uma escola municipal. Eu me formei eletricista no colégio técnico. Trabalhei em marmoraria, em fábrica de produto de limpeza, como auxiliar de eletricista, tocando em conjunto musical à noite. Fui pobre, mas nunca fui miserável, e quem fez essa diferença foi a escola pública que existia perto de casa.

A PROPOSTA

Educação profissional e escola técnica nas regiões administrativas de maior vulnerabilidade do Distrito Federal, tratadas como política de segurança pública e não como política setorial. Enquanto o Estado não chega antes, o crime chega.

Por que eu: Porque eu sou o resultado.

Cabe ao cargo: Emenda parlamentar, financiamento federal e diretriz nacional.

14

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Socioeducativo é segurança pública

Se o crime organizado está recrutando adolescente justamente porque sabe que ele responde menos, então isso é questão de segurança pública e precisa ser tratado como tal. Com todo o cuidado que se deve ter com um jovem, mas com a seriedade que o problema exige. Quem trabalha nessas unidades enfrenta risco real todo dia e é tratado como se não enfrentasse.

A PROPOSTA

Reconhecimento dos profissionais do sistema socioeducativo como agentes de segurança pública, com as prerrogativas e a proteção correspondentes, mantendo a natureza pedagógica da medida socioeducativa, que continua regida pelo ECA e pelo Sinase.

Por que eu: Essa é a única das quatorze que não nasce da minha biografia. Nasce da minha leitura, e é o lugar onde ninguém mais está.

Cabe ao cargo: É matéria constitucional e legal em tramitação no Congresso.

Três assuntos que merecem página inteira

Tem coisa que não cabe em um parágrafo de plano de mandato. Nestes três eu abro o argumento inteiro, com fonte e com o que eu faria no Congresso.

Crime organizado

O que eu aprendo com El Salvador e o que eu não copio. Temos a lei mais dura da história e não temos quem execute.

Ler a página inteira →

Cartel na saúde

Mais de mil e trezentas cirurgias teriam deixado de ser feitas, quinhentas delas de crianças. Organização criminosa não muda de forma porque usa jaleco.

Ler a página inteira →

Socioeducativo

Mesmo adolescente, mesma facção, mesmo risco. Só os direitos é que são diferentes.

Ler a página inteira →

A Polícia Penal do DF

A Constituição manda a União custear desde 2019. A lei do Fundo nunca foi corrigida. Sete anos é tempo demais para consertar uma frase.

Ler a página inteira →



Não é impressão minha. Está nos dados

O crime contra a vida tem índice de solução alto no Distrito Federal, e o total de roubos caiu em 2025. Eu não vou dizer que está tudo pior, porque não está. O que eu digo é outra coisa: a curva virou em três frentes que atingem o cidadão comum todo dia, e é sobre isso que ninguém está falando.

A Polícia Civil do DF opera com metade do quadro

49,53%

de ocupação na carreira de agente de polícia

48,40%

de ocupação na carreira de escrivão

313

agentes policiais de custódia ocupados, de 800 previstos

225

vacâncias na carreira de delegado

Departamento de Gestão de Pessoas da PCDF, posição de 1º de janeiro de 2026.

O sistema prisional passou de qualquer limite

6 de 7

unidades prisionais superlotadas

+28 mil

pessoas somando cela física, monitoração eletrônica e prisão domiciliar

1.011

presos por 100 mil habitantes, a maior taxa do país

1.179

vagas no concurso da Polícia Penal do DF, válido até agosto de 2027

Levantamento da Seape-DF, Nota Técnica nº 04/2024 do Nupri/MPDFT e Sisdepen, 19º ciclo.

A curva do crime virou, e pouca gente está falando disso

+5,8%

+35%

no estelionato no primeiro trimestre de 2026

nas mortes violentas em 2025, depois de mais de uma década de queda

+12%

no roubo a pedestre no mesmo período

+31,7%

no furto de cabos da rede elétrica: 739 ocorrências em seis meses

Balanço do 1º trimestre de 2026 da SSP-DF, Anuário Brasileiro de Segurança Pública e dados da PCDF sobre furto e roubo de celular.

A educação do DF perdeu o meio do caminho

6,4

nos anos iniciais: aqui o Distrito Federal vai bem

3,6

na rede pública no ensino médio, contra 3,7 na edição anterior

A única

unidade da federação a cair no ensino médio no IDEB 2025 foi o Distrito Federal. As outras 26 subiram ou ficaram estáveis

0

escolas do DF entre as 50 melhores do Brasil

Inep, resultados do IDEB 2025, divulgados em 5 de agosto de 2026.

O que já funcionou em outro lugar

Eu acompanhei de perto, de dentro da polícia, tudo o que se tentou no Brasil nos últimos trinta anos. Vi política dar certo e vi política morrer na troca de governo. Não preciso inventar nada: o que funcionou está documentado, e o denominador é sempre o mesmo. Gestão por dado e por meta, não operação de impacto.

Pacto pela Vida

PERNAMBUCO, 2007

Avaliação com controle sintético publicada na revista Economia Aplicada estimou redução média em torno de 11 pontos na taxa de homicídio por ano. Funcionou de 2007 a 2014 e perdeu eficácia depois, e isso é uma lição em si: o que sustenta resultado é continuidade institucional, não comando político.

Estado Presente

ESPÍRITO SANTO, 2011

O estado saiu de segundo mais violento do país em 2008 para a 16ª posição em 2018, combinando meta, integração e prevenção focada nos jovens.

Método APAC

UNIDADES PRISIONAIS SEM AGENTE ARMADO

A reincidência nas APACs fica em torno de 14 a 15%, contra algo entre 70% e 80% no sistema convencional, com custo mensal por recuperando menor que o do sistema comum segundo levantamento do CNJ com o PNUD. Construir vaga é obrigação. Mas construir a mesma vaga para todo tipo de preso é o que quebrou o sistema.

Gestão por dado

INFOCRIM EM SÃO PAULO, FICA VIVO E IGESP EM MINAS

Programas que colocaram informação no centro da decisão policial, com acompanhamento periódico de meta. Quando a política manda na polícia, a política muda a cada quatro anos e o resultado não se sustenta.

É por isso que eu não prometo operação. Eu prometo estrutura, meta e continuidade. Operação sai na foto. Estrutura é o que fica depois que a foto sai.

O que eu não vou fazer

Todo candidato diz o que vai fazer. Eu prefiro também dizer o que eu não vou.

Não vou mandar emenda para outro estado.

Enquanto a saúde, a educação e a segurança do Distrito Federal estiverem carentes, não faz sentido um deputado eleito aqui destinar recurso para fora.

Não vou usar a polícia como palanque.

A polícia deve ser de Estado, não de governo. Nunca aceitei isso quando eu era policial e não vou fazer isso como deputado.

Não vou indicar chefia por amizade política.

Eu passei nove meses no corredor por não pertencer a grupo nenhum. Não vou reproduzir o que fizeram comigo.

Não vou sair de lá com mais do que entrei.

Eu tenho minha casa, meu carro, minha família e minha aposentadoria. Quero sair com o que tenho hoje e com aquilo que o salário de deputado pode me dar. Nada além disso.

E o que eu assumo

Quem manda no mandato é quem votou.

Não é o partido, não é o grupo, não é o padrinho. O político eleito é empregado do povo, não patrão.

Respondo pelas três pontas que eu conheço.

Polícia Civil, Polícia Penal e sistema prisional. Eu trabalhei nas três.

Fiscalizar, e não só legislar.

Metade do trabalho de um deputado é cobrar que a lei funcione. Requerimento de informação, audiência pública, comissão.

Transparência do que for meu.

O destino de cada emenda e o registro de cada projeto que eu apresentar ficam publicados e acessíveis.

Como me cobrar

A prestação de contas da campanha e o registro de candidatura são públicos no sistema da Justiça Eleitoral. Qualquer pessoa pode conferir hoje.

Se eu for eleito, esta página continua no ar. É aqui que você vai poder verificar se eu cumpri.

Pode guardar este documento.

Eu nunca fui candidato a nada. Nem a síndico.

Aos sessenta e três anos, com a aposentadoria garantida e a vida resolvida, eu não estou entrando na política para ganhar nada. Estou entrando para devolver alguma coisa.

Se você já tem candidato a deputado distrital, fica com ele. Eu não estou disputando esse voto.

Eu estou disputando o outro. O de deputado federal, que é o primeiro que a urna pede, e que a maioria das pessoas ainda não decidiu.

Se o seu ainda está vago, ele é meu.



5551

DEPUTADO FEDERAL

Uma boa ideia para o Distrito Federal. Vote sem moderação.



Uma boa ideia para o Distrito Federal. Vote sem moderação.

Navegue

ELEICAO 2026 GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA DEPUTADO FEDERAL

CNPJ de campanha: **68.403.571/0001-00**

Brasília, Distrito Federal

Contato: [WhatsApp \(61\) 98356-1469](https://api.whatsapp.com/send?phone=61983561469)

Prestação de contas e registro de candidatura: [DivulgaCandContas / TSE](#)

Este site não coleta dados pessoais, não usa formulário de cadastro e não instala cookies de rastreamento. As fontes e imagens são servidas pelo próprio domínio.